

 <https://doi.org/10.20336/rbs.1118>



Como se faz análise de conjuntura? Uma genealogia conceitual¹

How to do a conjunctural analysis?
A conceptual genealogy

¿Como hacer un análisis de coyuntura?
Una genealogía conceptual

Frédéric Vandenberghe* 

RESUMO

A análise de conjuntura é um método bastante experimentado no Brasil. Seus antecedentes teóricos no marxismo já não são conhecidos. Este artigo revisita a genealogia dos conceitos de crise e conjuntura no contexto das crises e metamorfoses da sociologia contemporânea. Apresenta-se aqui uma análise realista crítica das conjunturas críticas, entendidas como a junção de mecanismos generativos causais que produzem uma crise. A crise não é apenas um evento; é também um processo e um produto da união entre a contradição estrutural e os conflitos sociais em um determinado momento que pode ser decisivo.

Palavras-chave: análise conjuntural, marxismo conjuntural, realismo crítico, conjuntura, crise.

¹ O título é concebido como uma homenagem a Betinho (Souza, 1984). Partes do texto foram apresentadas ao “coletivo de pensamento ‘Crise e metamorfose da sociologia’”. Agradeço a Felipe Maia, Raquel Weiss, André Magnelli, Thiago Panica e Lucas Faial pelos comentários perspicazes e pelas sugestões pertinentes.

* Doutor em Sociologia (École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris), professor do Instituto de Filosofia e de Ciências Sociais na Universidade Federal de Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ) e Fellow do Hamburg Institute for Advanced Study (HIAS).

ABSTRACT

Conjunctural analysis is well-tested genre in Brazil. Its theoretical antecedents in Marxism are no longer known. This article revisits the genealogy of the concepts of crisis and conjuncture against the background of the crises and metamorphoses of contemporary sociology. The article presents a critical realist analysis of critical conjunctures, understood as the conjunction of generative causal mechanisms that produce a crisis. The crisis is not only an event; it is also a process and a product of the coming together of structural contradiction and social conflicts at a particular moment in time that may be decisive.

Keywords: Conjunctural analysis, conjunctural Marxism, critical realism, conjuncture, crisis.

RESUMEN

El análisis coyuntural es un género consolidado en Brasil. Sus antecedentes teóricos en el marxismo son desconocidos. Este artículo retoma la genealogía de los conceptos de crisis y coyuntura en el contexto de las crisis y metamorfosis de la sociología contemporánea. El artículo presenta un análisis realista crítico de las coyunturas críticas, entendidas como la conjunción de mecanismos causales generadores que producen una crisis. La crisis no es solo un evento; es también un proceso y un producto de la confluencia de contradicciones estructurales y conflictos sociales en un momento determinado que puede ser decisivo.

Palabras clave: Análisis coyuntural, marxismo coyuntural, realismo crítico, coyuntura, crisis.

A sociologia tem sido frequentemente reconhecida como a ciência da crise (Holzhauser, Moebius & Ploder, 2023). É uma ciência que emerge em tempos de crise, toma a crise como seu objeto e se encontra ela própria em constante estado de crise. A crise atual parece mais grave do que as anteriores. Não se trata de uma única crise, mas de um emaranhado de crises que parecem se suceder com velocidade crescente. Seja remontando sua origem a 1989 (queda do Muro de Berlim), a 2001 (atentado ao WTC em Nova York), a 2008 (crise do subprime), a 2016 (primeira eleição de Donald Trump) ou à pandemia, a sensação generalizada é a de um tempo fora de compasso. No Brasil, fomos atravessados por uma revolta em 2013, um golpe branco em 2015, a eleição de um inominável golpista em 2018 e uma atmosfera de instabilidade e medo que se tornou palpável na sociedade como um todo. Desde então, a guerra na Ucrânia, o genocídio em Gaza e a reeleição de Trump apenas intensificaram a sensação de crise e angústia. Ao somar a crise ecológica e os desafios existenciais da inteligência artificial às crises sociais, econômicas e políticas, não é necessário ser sociólogo para concluir que se trata de uma crise múltipla (uma policrise), onipresente (uma onicrise) e permanente (uma permacrise).

A sociologia registra o problema e também reconhece que está em crise. Eric Macé (2020) propõe um diagnóstico preciso da “crise tripla da sociologia”. A crise da sociedade é ao mesmo tempo sistêmica e social. Os objetos tradicionais da sociologia (Estado-nação, classe social, trabalho, família, sexo, raça etc.) estão em processo de contestação e desintegração. A crise da modernidade manifesta-se nas críticas pós-modernas e pós-estruturalistas, que desconstroem os pressupostos fundamentais do projeto moderno (a crítica “desde dentro”), e intensifica-se pelas abordagens pós-coloniais e decoloniais, que denunciam sua cumplicidade com a escravidão, o colonialismo e o imperialismo (a crítica “desde fora”). A crise da própria sociologia é menos evidente. A disciplina segue funcionando dentro da normalidade institucional, mas ignora o risco de se tornar irrelevante em vista da intrusão em seu campo de abordagens “duras” (cognitivismo, neurociências e *big data*) capazes de prever comportamentos. Sua tendência a politizar todas as questões faz com que seja percebida como ideológica, não científica e pouco prática.

O problema com a sociologia contemporânea é que, embora reconheça a multiplicidade de crises que afetam a sociedade, a modernidade e as

próprias ciências sociais, ela já não permite uma análise e um diagnóstico abrangentes da situação atual. Os clássicos são ritualisticamente invocados no ensino e, ocasionalmente, também na escrita, mas sua abordagem geral sobre sociedade, cultura, história, economia, tecnologia, política e subjetividade é considerada datada. No decurso de apenas uma geração, a teoria social enquanto esforço integrador, que busca manter o diálogo entre, de um lado, a filosofia social, política e moral e, de outro, as diversas ciências humanas e sociais, simplesmente desapareceu. As teorias sintéticas do século passado (Bourdieu, Habermas, Giddens e outros), que tentaram superar a dupla oposição entre agência e estrutura, por um lado, e conflito e consenso, por outro, em uma teoria social abrangente, representaram o último suspiro da grande teorização dentro da sociologia. A ambição e o entusiasmo do “novo movimento teórico” na sociologia (Alexander, 1988) extinguíram-se na esterilidade da escolástica neoclássica. Em outros campos, como a filosofia e as humanidades, o florescimento teórico dos anos 1960 derivou da teoria crítica alemã (Adorno) para o estruturalismo francês (Lévi-Strauss, Althusser e Barthes), passando pelo pós-estruturalismo (Lyotard, Foucault, Deleuze) e pelo pós-modernismo (Baudrillard, Virilio), até desembocar no esteticismo frio das pós-vanguardas intelectuais. Nas humanidades, os excessos da desconstrução e da crítica abriram caminho não apenas para uma miríade de “viradas” (da linguística à afetiva), mas também para a proliferação de novos modismos, como a “pós-crítica” e a “pós-teoria” (McQuilan *et al.*, 1999). A teorização no estilo clássico, que combina reflexão metateórica sobre os fundamentos filosóficos e reconstrução textual dos clássicos (metateoria) com a construção de um sistema de conceitos integrados válidos para o conjunto das ciências sociais e humanas (teoria social) e que sirva como prólogo à análise, diagnóstico e crítica das formações sociais que passam por profundas transformações (teoria da sociedade), deixou de ser considerada parte da sociologia. A abordagem sistêmica da teoria social e a abordagem ensaística da sociedade ainda são toleradas, mas já não são vistas como centrais na disciplina. De forma algo inesperada, os editores de *Handbook of Classical Sociological Theory* (Manual de Teoria Sociológica Clássica) chegaram a defender abertamente o enterro da “teoria social sem futuro”, sugerindo que siga o mesmo destino da teoria política – mantida no departamento, mas excluída da disciplina (Abrutyn & Lizardo, 2021, p. 1–17).

A sociologia abdicou da tarefa de analisar a sociedade em sua totalidade e como um todo, deixando-a à Teoria Crítica e aos chamados *Studies* (Estudos). É nesse campo que a teorização vem ocorrendo hoje. A sociologia se mostra “irritada” (no sentido luhmanniano) por esses eventos que ocorrem em suas margens. Abalada pelas crises sociais e sobrecarregada pelos Estudos, ela se obstina e se volta para si mesma. Ao invés de abrir-se e assumir seu papel de articuladora das ciências sociais e dos Estudos, passa a definir-se de forma mais limitada: como ciência (e não como consciência), como disciplina (e não como superdisciplina) e como um conjunto de metodologias (apoiadas por epistemologias, ontologias e normatividades) que a ancoram ainda mais firmemente no campo. A consequência dessa retração é que a sociologia se torna incapaz de compreender os eventos societários que estão minando o campo em que ele se situa. Paradoxalmente, a ciência que se desenvolve com as crises já não consegue explicar sua própria derrocada.

Neste artigo, defendo que a sociologia deve contribuir para a análise da conjuntura em tempos de crise. A geração anterior de intelectuais de esquerda no Brasil (Fernando Henrique Cardoso, Paulo Arantes, Chico de Oliveira, Francisco Weffort e Luiz Werneck Vianna) dominava esse tipo de análise. Mais recentemente, ao longo da década de instabilidade política (2013–2022), autores como Jessé Souza (2016), Marcos Nobre (2022), Leonardo Avritzer (2019) e Rosana Pinheiro-Machado (2020), para citar apenas alguns, produziram análises conjunturais de grande lucidez. Apesar da popularidade da análise de conjuntura no Brasil, com exceção de Werneck (1991, pp. 125–169) e de Virgens e Teixeira (2023), são raras as tentativas explícitas de teorização sobre a arte de interpretar a situação política. A seguir, procuro reconstruir as genealogias intelectuais da análise de conjuntura e da noção de crise, na esperança de que este esforço conceitual desenvolvido na interseção entre sociologia, filosofia e ciência política possa contribuir para o desenvolvimento de uma sociologia preocupada não consigo mesma (com sua metodologia), mas com o que de fato ocorre no mundo.

Marxismo Conjuntural

Realismo Crítico: mecanismos e eventos

O realismo crítico é um movimento filosófico nas ciências sociais inspirado na obra de Roy Bhaskar, um marxista heterodoxo que formulou um ambicioso programa de pesquisa explicativa no campo da filosofia da ciência. Em *A Realist Theory of Science*, Bhaskar (2008, pp. 1–9) desenvolve uma ontologia profunda dos “mecanismos generativos”, que distingue três domínios distintos e aninhados da realidade: o real (mecanismos), o atual (eventos) e o empírico (experiências). No nível mais profundo, aquele do real, encontramos os mecanismos generativos com seus poderes causais, isto é, sua disposição ou tendência a desencadear processos estruturais que produzem eventos. Em um dado momento qualquer, há uma multiplicidade de mecanismos generativos atuando simultaneamente. Pensemos no capitalismo, no colonialismo e no patriarcado ou, em um nível menor de abstração, em mecanismos causais como a concorrência de mercado, a concentração midiática ou a polarização política. Esses mecanismos podem operar de forma conjunta ou estar em conflito entre si. Isso explica por que e como um mecanismo generativo pode impedir a realização dos poderes causais de outro, de modo que, no plano do atual, esses poderes causais reais podem não se concretizar e nenhum evento ocorrer. E mesmo quando se concretizam, pode acontecer que os eventos sejam produzidos sem que haja quem os observe no plano empírico. Assim, na perspectiva de Bhaskar, os poderes causais podem “existir sem serem exercidas, ser exercidas sem se realizarem, e ser realizadas sem serem experienciadas” (Bhaskar, 2008, p. 184).

Examinando mais de perto a arquitetura teórica, podemos ver que o realismo crítico combina uma ontologia profunda dos mecanismos generativos com uma teoria conjuntural das determinações múltiplas dos eventos (Steinmetz, 2004; Decoteau, 2018). Suas explicações causais operam com dois vetores – um vertical e outro horizontal. No plano vertical, a ontologia profunda estimula a exploração das conexões entre os domínios do real, do atual e do empírico. Embora a tendência seja descendente (*top-down*), basta reconhecer os poderes causais da cultura e da agência para compreender não apenas como os eventos são provocados por mecanismos generativos, mas também como são efetivamente produzidos nas situações,

podendo transformar estruturas sociais, culturas e pessoas. Ademais, é importante ressaltar que os mecanismos são suscetíveis a mudanças. Os poderes causais podem enfraquecer ou desaparecer. Em todos os casos, no fundo, encontra-se sempre a ação humana como causa eficiente que cria e destrói estruturas, reproduz ou transforma sociedades, por meio de ações transformadoras. Em última instância, a ontologia profunda do realismo crítico é, de fato, uma ontologia da prática.

No plano horizontal, o realismo crítico parte da hipótese de que múltiplos mecanismos exercem simultaneamente seus poderes causais e que sua conjunção contingente é responsável pela produção dos eventos. Falar de causalidade conjuntural implica não apenas que os eventos são causados por concatenações de múltiplos mecanismos generativos interligados, mas também que sua conjunção é historicamente única. Essa ênfase na causa múltipla de eventos localizados, provocada por mecanismos causais interconectados, rompe com a suposição, muitas vezes implícita no debate entre agência e estrutura, de que haveria apenas uma estrutura profunda responsável pelas práticas sociais. O oposto é verdadeiro: na análise de conjuntura, as estruturas são invariavelmente plurais. Por estarem culturalmente articuladas a outras estruturas, rupturas inicialmente localizadas podem se “fundir” (Althusser), desencadeando uma série em cascata de novas rupturas. Quando eventos críticos ativam uma série de fraturas anteriormente latentes, a conjuntura crítica pode se converter em uma crise em larga escala, com potencial de transformar o sistema.

Ao recorrer ao realismo crítico neste ponto, não o faço apenas por aderir a essa perspectiva, mas sobretudo porque pretendo utilizar alguns de seus conceitos para pensar certas complexidades da análise de conjuntura tal como praticada na tradição marxista.² A conjuntura é entendida aqui não no sentido de uma flutuação (como as ondas longas de Kondratieff, de 50 a 60 anos; os ciclos de Braudel, de 30 anos; ou a conjuntura dos economistas que aparentemente se altera a cada cinco anos), mas, mais tecnicamente, para se referir a uma conjunção de várias estruturas que se reúnem ou se

² Para um excelente apanhado da análise de conjuntura histórico-política na tradição marxista – de Marx, Lenin e Gramsci a Althusser, Poulantzas e Stuart Hall – ver Koivisto e Lahtinen, 2010. Atualmente, no mundo anglófono, Stuart Hall é a principal fonte de inspiração para as análises conjunturais das crises e transformações tectônicas do capitalismo tardio. Hall faleceu em 2014. Como homenagem, ver a edição dupla da revista *New Formations* (2019), vols. 96-97, intitulada “This Conjuncture”, especialmente as contribuições de Gilbert, Grossberg e Clarke.

separam em um determinado momento no tempo. A análise de conjuntura é política e estratégica. Ela reconstrói a constelação de fatores e atores tecnológicos, econômicos, sociais e políticos (estruturas, culturas e práticas), que promovem mudanças sociais em momentos críticos e conformam a situação presente em toda sua complexidade, com o objetivo de revelar suas linhas de fratura e indicar possibilidades de intervenção política:

A análise de conjuntura possibilita uma perspectiva mais profunda sobre essas transformações e contrapõe o foco mais estrito nos dramas cotidianos do campo político tradicional; ela se volta para a organização de blocos de poder, para as relações entre as esferas cultural, econômica, política e social, bem como para as ideias e instituições que sustentam tais relações. Idealmente, trata-se de uma forma de análise que ajuda a esquerda a responder a momentos de crise com programas e alianças inovadoras, e com uma compreensão do potencial das forças sociais e políticas atuais (Grayson & Little, 2017, p. 65).

É exatamente isso que Karl Mannheim tinha em mente quando, no terceiro capítulo de *Ideologia e Utopia*, o mais longo e central, concebeu a possível “relação entre teoria social e prática política”. Convencido de que, pela primeira vez, o projeto weberiano de uma “ciência como política” era viável, ele traçou as “perspectivas de uma política científica”. Nessa perspectiva, a sociologia do conhecimento não aparece propriamente como uma “disciplina”, isto é, uma ciência especializada e propedêutica à teoria social científica, mas, conforme observam Kettler, Meja e Stehr (Kettler, Meja & Stehr, 1984, pp. 62–76; Kettler & Meja, 1995, pp. 73–85), como um verdadeiro “*organon* para uma ciência da política”. Ao oferecer uma análise sintética e dinâmica da situação, ela pode servir de guia para compreender e orientar o desenvolvimento histórico em situações críticas. “Apenas aqueles que conseguem captar a estrutura por trás de uma situação histórica, por trás de um evento histórico, serão capazes de acompanhar e encontrar sentido no curso posterior dos acontecimentos” (Mannheim, 1980, p. 154).

De Marx a Gramsci

A estuapenda análise de Marx (1852/1960) em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* sobre a sequência de eventos que levaram ao golpe de Estado pelo sobrinho de Napoleão em 1852 é o exemplo mais bem acabado de que dispomos de uma análise conjuntural de situação.³ Este texto canônico do marxismo conjuntural é tão incrivelmente brilhante que permanece até hoje um modelo para a análise de classe de situações críticas em que as tensões políticas são tão intensas que uma derrubada violenta do governo é uma das possibilidades.⁴ Ao contrário de textos mais teóricos, como o *Manifesto Comunista* ou a “Introdução de 1857” aos *Grundrisse*, que são mais dogmáticos em sua afirmação dos princípios do materialismo histórico, ele aceita a relativa autonomia do político, bem como as contingências históricas das alianças políticas na construção da história.

O texto começa com a famosa observação de que “todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem duas vezes, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (Marx, 1960, p. 115). Por meio de uma análise detalhada dos acontecimentos entre 24 de fevereiro e 2 de dezembro de 1848, que levaram ao fim da Segunda República, Marx exhibe, de forma espetacular, a multideterminação dos acontecimentos. Com uma prosa brilhante e de efeito dramático, ele analisa a sequência tumultuada de eventos que levou os seguidores do presidente Luís Napoleão Bonaparte a dissolver o Parlamento francês em 2 de dezembro de 1851, derrubar a Segunda República e estabelecer uma ditadura que duraria 30 anos. Ele descreve como o conflito entre diferentes interesses sociais se manifesta por meio de um emaranhado de lutas políticas em constante mutação entre diferentes divisões da burguesia que, eventualmente, embora não intencionalmente, acabariam por levar ao poder uma figura populista como Luís Bonaparte. Em suas crônicas, Marx acompanha a ascensão e a queda do Partido da Ordem, uma coalizão de burgueses, aristocratas,

³ Outros exemplos clássicos incluem a análise de Max Weber (1988) sobre as tensas relações entre parlamento e governo na Alemanha imperial; a contundente análise de classe de Nicos Poulantzas (1974) sobre o fascismo e a ditadura na Itália e na Alemanha; e o estudo de Stuart Hall (1979) sobre a ascensão do populismo autoritário sob o governo Thatcher.

⁴ A releitura deste texto em diferentes momentos – primeiro durante as Jornadas de Junho de 2013, depois durante a presidência interina de Michel Temer e, por fim, ao longo do governo Bolsonaro – evidenciou sua atualidade. Para uma brilhante interpretação deleuzo-marxista e anarco-comunista do “18 Brumário brasileiro”, ver Cava (2016).

industriais e especuladores financeiros formada pelo medo de uma repetição da revolução proletária de 1848. A coalizão se desfaz à medida que um partido após o outro implode. No dia 18 de Brumário, data do golpe, o presidente dissolve a Assembleia Nacional e, mais tarde, restabelece o sufrágio universal para atender à sua base eleitoral popular. Falando em nome do povo e representando o lumpemproletariado e o campesinato pequeno-proprietário, que “não pode representar a si mesmo e, portanto, deve ser representado” (Marx, 1960, p. 198), Luís Bonaparte se comporta como um legítimo populista *avant la lettre*. Traindo as expectativas dos grandes proprietários de terras, dos industriais e dos capitalistas financeiros que o apoiaram, um ano depois, ele se autoproclamará imperador, como Napoleão III. O golpe de Estado também frustrou as esperanças revolucionárias da classe trabalhadora para as décadas seguintes.

Na economia política marxista e nos estudos culturais britânicos, a análise conjuntural é um gênero que ressalta o caráter histórico do materialismo histórico. Para oferecer uma interpretação perspicaz de uma situação instável, ela busca compreender, em conjunto, as determinações estruturais, as lutas pela hegemonia cultural e as mudanças nas correlações das forças sociais, que alcançam um ponto crítico em um momento específico de crise. A ideia subjacente é que as contradições estruturais do capitalismo, que se sobrepõem e se cruzam, fundem-se em uma conjuntura específica, determinando a correlação de forças e as lutas pela hegemonia. Em seus *Cadernos do Cárcere*, Antonio Gramsci expressa essa ideia com particular clareza ao afirmar:

É necessário distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser denominados “conjunturais” (e que aparecem como ocasionais, imediatos, quase acidentais) [...] Quando se estuda um período histórico, a grande importância dessa distinção torna-se clara. Ocorre uma crise, que às vezes dura décadas. Essa duração excepcional significa que contradições estruturais incuráveis se revelaram (atingiram a maturidade) e que, apesar disso, as forças políticas que lutam para conservar e defender a própria estrutura existente estão envidando todos os esforços para curá-las, dentro de certos limites, e superá-las. Esses esforços incessantes e persistentes (já que nenhuma formação social jamais admitirá que foi superada) formam o terreno do “conjuntural”, e é nesse terreno que as forças de oposição se organizam (Gramsci, 1971, pp. 399-400).

As lutas podem ser heterogêneas. São múltiplas. Elas ocorrem em diversas esferas, como a economia (capitalismo e industrialismo), a política (Estado, nação e sociedade civil), a cultura (senso comum, educação e mídia) e até mesmo dentro dos próprios sujeitos. Multiplicam-se e divergem, mas, tomadas em conjunto, constituem uma luta para transformar a profunda estrutura orgânica da sociedade. Para Gramsci, a “situação” nada mais é do que o encontro entre mudanças “orgânicas” e de longo prazo na estrutura da sociedade (economia, Estado e sociedade civil) e reviravoltas “conjunturais”, econômicas, políticas e sociais de curto prazo em tempos de crise.

De Althusser a Poulantzas

Em um nível mais abstrato, Louis Althusser (2005, pp. 85-116) elaborou a lógica da análise conjuntural por meio de uma série de conceitos estreitamente integrados, especialmente “estrutura com dominante”, “superestruturas relativamente autônomas”, “sobredeterminação” e “contradições primárias e secundárias”. Esses conceitos sugerem que todo sistema de contradições estruturais – cada uma determinada por todas as outras e com repercussões em cada uma delas – se condensará em uma situação histórica concreta, resultando em uma crise, possivelmente final, se os atores aproveitarem o momento (*kairós*) para derrubar o sistema. Dessa forma, a conjuntura é, de fato, uma “conjuntura de estruturas” que condiciona os acontecimentos em uma situação específica de ação, capaz de alterar o curso da história.⁵ A ideia por trás do complexo aparato conceitual de Althusser é relativamente simples. Convencido da verdade do marxismo, ele sabe que a revolução um dia acontecerá. As contradições estruturais do capitalismo acabarão por derrubar o sistema. Isso é certo. No entanto, é impossível prever quando e como os eventos revolucionários ocorrerão. O sistema não entrará em colapso por si só. Ele precisa ser derrubado no momento certo, quando as contradições estiverem maduras, pela prática revolucionária. O estruturalismo de Althusser é nada além da teoria que antecede, prepara e

⁵ As expressões levemente oximóricas “conjuntura de estruturas” e “estrutura de conjunturas” são centrais na teoria antropológica do evento desenvolvida por Marshall Sahlins. Para uma discussão, ver Sewell (2005, p. 197–224), que extrai dessa formulação um conceito de estruturas culturais interligadas e de efeitos em cascata da prática transformadora.

orienta a prática revolucionária em um momento crítico, quando o sistema se torna instável e vulnerável.

Em um brilhante comentário sobre Althusser, Nicos Poulantzas (1980, I, p. 37) explica com clareza que a situação é o “ponto nodal no qual todas as contradições se condensam”. Ele define a conjuntura como “o ponto estratégico em que todas as contradições se fundem” (p. 37). Sendo a conjuntura o objeto da prática política, ele extrai daí implicações práticas: “é o lugar a partir do qual se pode decifrar a unidade da estrutura em uma situação concreta e agir sobre ela para transformá-la” (p. 37.). Trata-se daquilo que Mannheim, em outro contexto, denominou “*nervus rerum* dos acontecimentos históricos” (Mannheim, 1932, p. 25) – o ponto nevrálgico ao qual todas as estruturas sociais convergem num nó que pode se desfazer em um momento crítico da história. Para agir sobre e na situação histórica, os atores precisam ter uma clara percepção estrutural diferentes determinações que a conformam e intervir de forma decisiva para alterar seu curso.

Embora a economia determine a possibilidade de ação revolucionária “em última instância”, não se pode simplesmente recorrer às crises do capitalismo e deduzir tudo a partir da contradição básica entre capital e trabalho. É necessário também considerar o estado da “superestrutura” (mentalidades, visões de mundo e ideologias em transformação, lutas pela hegemonia cultural), o papel da mídia dominante e de outros aparatos ideológicos do Estado, as reconfigurações nos sistemas político e jurídico (partidos políticos no poder, decisões da Suprema Corte), lealdades de formações militares e paramilitares em relação ao governo, alianças entre classes, correlação de forças e até geopolítica em qualquer situação histórica concreta.

O contexto econômico é crítico, mas o político é decisivo. Sem contradições econômicas, nada acontecerá. No entanto, nada é automático, e a economia não pode determinar tudo, nem mesmo “em última instância”, como Althusser argumentou em sua famosa frase: “Para que uma contradição se torne ‘ativa’, no sentido forte do termo, para se tornar um princípio de ruptura, deve haver um acúmulo de ‘circunstâncias’ e ‘correntes’ que venham a ‘fundir-se’ em uma unidade de ruptura” (Althusser, 2005, p. 97).

Tal “fusão” ou “conjunção” de forças econômicas, políticas e culturais, de interesses de classes heterogêneas e correntes ideológicas em uma “unidade de ruptura” que reagrupa as massas populares em um ataque contra o regime vigente não pode ser prevista. Embora “sobredeterminado” pelo sistema, o

resultado final emerge da coocorrência desnecessária e acidental de múltiplas séries de determinações e cadeias causais, que são distintas, heterogêneas e, muitas vezes, autônomas entre si.⁶ A ativação dos poderes causais dos mecanismos generativos está sujeita a tantas contingências que somente uma análise histórica de situações concretas pode revelar. Na melhor das hipóteses, uma análise conjuntural da multiplicidade de práticas que produzem eventos pode mostrar que estes são sobredeterminados por uma multiplicidade de mecanismos generativos em todos os níveis da sociedade. A demonstração da sobredeterminação dos eventos (lutas) em situações concretas de ação não implica a negação de sua indeterminação. Os eventos que rompem o sistema de determinações permanecem imprevisíveis. Dada a complexidade dos mecanismos em jogo, a crise, quando chega, como veremos, é ao mesmo tempo sobredeterminada e indeterminada.

Pós-marxismo

Entretanto, também perdemos as garantias metafísicas da filosofia marxista da história. Após 1968, as grandes narrativas revolucionárias do marxismo, leninismo e maoísmo perderam sua credibilidade. Na década de 1980, as energias utópicas estavam praticamente esgotadas na Europa. Bolsões de materialismo pré-histórico sobreviveram nas universidades da América Latina. De modo geral, a esquerda estava na defensiva e, mais tarde, quando a maré ideológica mudou, tornou-se puramente reativa. O ataque ao estado de bem-estar social (neoliberalismo), a transição para uma economia de serviços (pós-industrialismo) e a fragmentação da cultura (pós-modernismo) alteraram completamente o modo de produção, consumo e subjetivação sob o capitalismo (Lyotard, 1979). Diante de rápidas mudanças tecnológicas, econômicas e culturais, a própria estrutura da sociedade também se transformou. Ainda era uma sociedade capitalista, mas agora com cada vez menos proletariado. Todo o debate sobre o pós-modernismo indicava uma mudança histórica em que a cultura ganhava primazia sobre a política. A distinção entre “contradições primárias” (capital e trabalho) e “contradições secundárias” (interseccionalidade)

⁶ Nessa formulação, que articula a sobredeterminação sistêmica com a contingência dos eventos, já se pode perceber o “materialismo aleatório” – ou “materialismo do encontro” – do Althusser tardio (1994).

foi, conseqüentemente, enfraquecida. Com o fechamento das fábricas, a consciência de classe também diminuiu. Os trabalhadores manuais deixaram o Partido Comunista e passaram a votar cada vez mais na extrema direita. Isso aconteceu primeiro na França, com a Frente Nacional. Outros países rapidamente seguiram o exemplo.

Enquanto a sociedade entrava em uma fase pós-industrial, a cultura se tornou digital, fractal, tribal e individualizada. As divisões dentro e entre as classes começaram a se cruzar com as de raça, gênero e sexualidade. A luta de classes difratou-se diante da política identitária e se estendeu a uma luta múltipla interna aos indivíduos. Hoje, o sentimento pode ser antissistêmico e até anticapitalista, sem ser progressista. Os sinais mudaram. À medida que a esquerda revolucionária perdia sua hegemonia, uma direita reacionária ressurgia, primeiro nas margens da sociedade e, depois, em seu núcleo. A crítica ao sistema e ao *establishment* agora vem da direita. É bem possível que uma revolução esteja ocorrendo, mas, como na década de 1930, ela é conservadora. Sejam realistas: sem um ator privilegiado, o materialismo histórico vacila. Para as pessoas e os partidos de esquerda, “o proletariado que já não existe dói como uma dor fantasma” (Nassehi, 2023, p. 42). A verdade é cruel. O marxismo já não constitui o “horizonte intransponível” de nossas teorias e práticas.⁷ Já não é a filosofia do nosso tempo. Se todos nos tornamos pós-marxistas, é porque as sociedades ultrapassaram o momento histórico que ele expressa.

O declínio do marxismo não invalida completamente sua análise conjuntural de situação. Com uma reformulação radical, suas ferramentas conceituais podem ser reoperacionalizadas para encontrar sentido na nova situação na qual as forças da direita avançam novamente e para analisar eventos críticos sem recorrer a suportes metafísicos. Para marcar a diferença entre a análise dialética da velha guarda sobre os últimos dias do capitalismo e nossa investigação realista da conjunção de mecanismos generativos em uma situação específica, chamarei nossa abordagem de “análise de disjunção” (GRAF, 2021). Uma disjunção é uma conjunção de disjunções – uma sequência desestabilizadora de eventos produzida por

⁷ A caracterização do marxismo como “*horizon indépassable*” (horizonte intransponível) de nosso tempo é de Sartre. Em sua *Crítica da Razão Dialética*, ele escreveu: “Longe de estar esgotado, o marxismo ainda é muito jovem, ainda está na infância [...] Continua, portanto, a ser a filosofia de nosso tempo. Não podemos superá-lo porque não superamos as circunstâncias que o engendraram” (Sartre, 1960, p. 29).

contradições estruturais, agitações culturais e mobilizações sociais que levam o sistema à crise. A disjunção da análise é tanto uma condição socio-histórica quanto um método de análise situacional. Ela é realista no sentido comum, pois opera sem ilusões, e também no sentido filosófico, pois utiliza a arquitetura conceitual de Roy Bhaskar para analisar a desordem de vários mecanismos generativos em situações críticas, quando a história parece estar em um ponto de inflexão.

Conjunturas Críticas

O fluxo da história

A análise conjuntural não passa de uma explicação estrutural das múltiplas determinações que causam uma crise em um momento específico. A crise atual pode não ser a crise final que os marxistas aguardam há mais de dois séculos. No entanto, ela é um indicador claro de que algo importante está errado. O conceito de crise está em toda parte. Não é preciso dar exemplos. Está em alta e “tem conjuntura”, como se diz em alemão. É múltiplo (uma policrise), onipresente (uma onicrise) e permanente (uma permacrise). Tenho a impressão de que ele substituiu, em grande parte, o conceito de risco, que dominou a cena sociológica até a virada do século. A mudança conceitual é sintomática de uma mudança no mundo real, não apenas de percepção, mas de ambos simultaneamente. Enquanto a categoria risco, tal como teorizada por Ulrich Beck, Anthony Giddens e Niklas Luhmann, está relacionada à “incerteza fabricada” que pode ser mais ou menos calculada atuariamente e sugere que as consequências das atividades presentes podem levar a um resultado catastrófico no futuro, o conceito de crise desloca o eixo temporal do futuro para o presente: a catástrofe está acontecendo agora, em tempo real. O futuro não é mais um convite, mas uma ameaça. Como diz Gerard Delanty, a sombra do futuro se projeta sobre o presente: “Vivemos no presente, mas estamos sempre orientados para o futuro, cuja sombra se projeta sobre o presente [...] Em vez de o presente controlar o futuro, a sombra do futuro agora controla o presente” (Delanty, 2024, pp. 1 e 22). Do risco ecológico à sociedade de risco (Beck, 1986), da sociedade de risco à crise socioeconômica e política (2008-2012) e da pandemia ao Antropoceno, em menos de um quarto de século a semântica passou de risco para crise e

catástrofe. Cata-strofe, do grego *kata-strephein*, significa literalmente “virar para baixo”. Ao transformar pontos de inflexão em pontos de ruptura, ela produz uma teleologia invertida com conotações apocalípticas, na qual a “comunidade de risco” de Beck se torna uma comunidade de destino. Enquanto a catástrofe é um evento inserido em uma grande narrativa de desgraça, a crise é um processo. A crise, ou melhor, o acúmulo de crises, é, ao mesmo tempo, excepcional e normal. Com Janet Roitman (2014, p. 2), devemos, portanto, perguntar:

Se crise designa mais do que uma conjuntura histórica, qual é o *status* desse termo? De que modo crise, outrora indicador de um momento crítico e decisivo, passou a ser construído como uma condição histórica e experiencial prolongada? A própria ideia de crise como condição sugere um estado de coisas contínuo. Mas é possível falar de um estado de crise duradouro? Não se trata de um oxímoro?

Chronos, krísis, kairós

Originalmente, o conceito de *krísis* referia-se a um momento crítico ou decisivo em uma situação específica, como uma emergência médica ou um processo judicial.⁸ A origem médica do termo explica sua relação com patologias sociais e uma série de conceitos afins, como anamnese, diagnóstico, prognóstico e terapêutica, aos quais retornaremos de forma mais detalhada na última parte deste ensaio. O sentido dramático aponta para um ponto de inflexão – um *punctum* – na narrativa, em que o destino do herói é decidido. A herança jurídica e teológica do conceito também explica sua associação com julgamento (*judicium*) e decisão. *Krisis*, *kairós* e *chronos* estão intrinsecamente ligados (Hartog, 2020, p. 7-12). *Krisis*, do verbo *krínein* (separar, cortar), refere-se ao julgamento, originalmente o Juízo Final diante de Cristo, enquanto *kairós* indica o

⁸ Para uma *Begriffsgeschichte* (história conceitual) clássica de crise – dos gregos ao Iluminismo e além – ver Koselleck (1973, capítulo 5, nota 155), que serve de base para desenvolvimentos posteriores (Koselleck, 1982, 2006). Koselleck dedica atenção especial aos séculos XVIII e XIX, interpretando os deslocamentos semânticos como indicadores de uma nova filosofia da história e de um novo conceito de tempo. “Crise ascende a conceito fundamental na filosofia da história que se afirma capaz de interpretar todo o curso da história a partir de seu próprio diagnóstico do tempo” (Koselleck, 2006, p. 206). A versão de Habermas (1973, pp. 9–12 e 1976, pp. 304–305) permanece insuperável em concisão, precisão e sistematicidade.

momento que introduz uma ruptura no continuum ordinário do tempo (*chronos*). Com Edgar Morin (1976, p. 135), podemos definir crise como “o momento decisivo na evolução de um processo incerto que torna possível o diagnóstico”. Decisão e indeterminação – ou “problema”, na linguagem pragmática – são as duas características de crise. É por meio de um diagnóstico que uma decisão pode ser tomada, e por meio de uma definição que a indeterminação da situação pode ser resolvida, para que a ação possa seguir seu curso.

Com o tempo, a ideia de crise se tornou mais abstrata e generalizada, referindo-se a abalos sociais, econômicos e políticos. Sua generalização e inserção em uma filosofia da história, que a considera um estado transitório que rompe a continuidade entre passado e futuro, fez dela um conceito marcante dos “novos tempos”. Assim, segundo Koselleck (1982, p. 627), crise tornou-se, uma “marca estrutural da modernidade”. Em lugar de indicar uma situação única e irrepetível, o termo passou a ser pensado, em analogia com o juízo final, como uma cesura no continuum do tempo. Na estrutura secular da modernidade, um conceito escatológico de ruptura foi transposto para uma filosofia revolucionária da história, que vê crise como uma oportunidade, uma chance de mudança. A crise é um evento que anuncia o advento de uma nova era. É o momento decisivo que marca o início do fim dos tempos antigos (o Ancien Régime) e o fim do início dos novos tempos (a modernidade). É o momento de negatividade que aciona o movimento que conduz a história para além do presente. Após o colapso final, tudo será completamente diferente. A partir de então, a lei não virá mais de cima, mas sim de baixo. Ela será instituída de baixo para cima, e a sociedade será constituída democraticamente pelo povo.

Nesse drama histórico mundial, a crítica à autoridade do Estado absoluto é fundamental. Em *Kritik und Krise*, com o significativo subtítulo *Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, Reinhart Koselleck (1973) reconstrói o surgimento, durante o Iluminismo, de uma razão moral que submete o soberano ao seu julgamento e à sua crítica.⁹ No Ancien Régime,

⁹ A conexão entre crítica e crise é clássica e assume diversas versões. À esquerda, Walter Benjamin e Bertolt Brecht pretendiam lançar uma nova revista literária intitulada *Kritik und Krise*, que nunca chegou a ser publicada. O título sugeria que a crítica seria prelúdio da crise – e a crise, da revolução. À direita, Koselleck inverteu a sequência, insinuando que a crise seria o resultado da crítica. Enquanto isso, a aliteração entre crise e crítica foi reiterada em várias histórias das ideias na teoria social e na filosofia. Ver Müller (2021), para a sociologia clássica; e Cordero (2017), para o percurso que vai de Marx a Adorno e de Hegel a Luhmann.

a razão moral era um assunto privado, separado da *raison d'État*, que era um domínio exclusivo do soberano absoluto. Durante o Iluminismo, porém, o julgamento moral saiu da esfera da interioridade, tornou-se público e transformou-se em crítica ao absolutismo. A tese controversa de Koselleck é a de que a moralização da política, expressa na afirmação iluminista de que ser capaz de julgar a História em nome da Razão, é diretamente responsável pela carnificina da Revolução Francesa. Em outras palavras, a crítica ou a ideia de que a Razão pode julgar a história em nome da Razão – como na famosa frase de Schiller: “A história mundial é o tribunal do mundo” (*Die Weltgeschichte ist das Weltgericht*) –, na verdade, produz crises. Nessa visão conservadora, que Koselleck deriva diretamente de seu orientador, Carl Schmitt, a crítica perpétua é contígua a um estado perpétuo de crise – uma guerra civil que já dura mais de dois séculos e é travada em nome da Verdade, da Razão e da Humanidade.¹⁰

Embora as crises provavelmente sejam tão antigas quanto a humanidade, a associação entre crítica e crise, a ideia de que a crítica ao poder pode provocar mudanças históricas, é especificamente moderna. Ela pressupõe a “historicidade”, ou seja, a capacidade de fazer história “com vontade e consciência”, mesmo quando o momento crítico parece indicar que a situação está fora de controle. Enquanto os desastres simplesmente acontecem, as crises pressupõem e propõem ação. A ideia de desastre, derivada do italiano antigo *disastro*, transmite a noção de que as calamidades (inundações, terremotos etc.) ocorrem porque as estrelas e os planetas estão desalinhados (Barrios, 2017, p. 153). Enquanto o conceito de *disastro* pertence ao gênero da análise constelacional, o conceito de *krísis/judicium* faz parte de uma análise conjuntural da situação. Ele inclui um programa de ação embutido, que engata uma observação empírica (“algo aconteceu”) e um julgamento normativo (“é um problema”, “é uma emergência”) a um chamado à ação (“vamos fazer algo a respeito — é urgente!”). Algo deu errado; o que se pode fazer para corrigir a situação? O conceito de crise é performativo (no sentido de J. L. Austin). Ele descreve uma situação e, ao mesmo tempo, ao trazê-la à consciência, exige ações corretivas. Há uma “gramática da crise” que

¹⁰Para uma crítica a Koselleck, ver Habermas (1984, pp. 435–455). Significativamente, Habermas inclui sua resenha de *Krise und Kritik* em um apêndice de sua obra *Perfis Filosófico-Políticos*. O anexo leva o título “Sobre a ideologia alemã”. Caso se deseje, por razões óbvias, evitar a associação com Carl Schmitt, sempre se pode recorrer a Luhmann para lançar o opróbrio sobre a crítica e a teoria crítica — como fazem Roitman (2014) e Esposito (2017).

informa como pensamos sobre a ordem social, a ação social e a mudança social. Como pragmatista, Brian Milstein observou corretamente que o conceito de crise transmite ação:

O conceito de crise é uma ferramenta conceitual para converter a consciência reflexiva do nosso mundo social em ação [...]. As condições objetivas não podem ser tratadas como uma crise até que aqueles afetados por essas condições alcancem e expressem consciência disso. [...]. Em última análise, é a suposta capacidade de agir que distingue uma crise de algum outro infortúnio que os atores devem enfrentar de forma mais ou menos passiva (Milstein, 2015, p. 155).

Milstein, no entanto, não percebeu que um diagnóstico e uma crítica da situação intervêm entre as condições objetivas e as experiências subjetivas da crise. O tipo de diagnóstico e o tipo de crítica produzidos pelas pessoas em situações críticas podem ser estudados empiricamente (Fassin & Honneth, 2022). De qualquer forma, nem o diagnóstico nem a crítica são prerrogativa dos intelectuais. Basta lembrar a crise da Covid. Quando tudo parece colapsar e tudo se politiza, todos – sua mãe, seu vizinho, seu colega – opinam, avaliam, julgam e respondem à situação, sugerindo medidas corretivas.

Crise e crítica

Uma crise não é apenas um evento ou processo objetivo que perturba a ordem normal das coisas. Para ser considerada uma crise, ela precisa ser vivenciada e reconhecida como tal pelos envolvidos. Como diz Jürgen Habermas (1973, p. 12): “Não se representam sistemas como sujeitos; a linguagem comum nos ensina que apenas os sujeitos podem estar envolvidos em crises”. A crise pressupõe um mal-estar, uma consciência de que algo está errado e que um diagnóstico é necessário. Para se tornar uma crise legítima, também é preciso que ela produza uma crítica. As perturbações se tornam críticas somente quando a crise objetiva é sentida e percebida pelos atores, afetando sua vida cotidiana. Crise e crítica, ou seja, a ocorrência de uma ruptura e sua avaliação, estão intrinsecamente ligadas. Originalmente, no grego, “a crise objetiva” e a “crítica subjetiva” não eram noções separadas (Koselleck, 1973, p. 197), mas agora são. A crítica pode desencadear uma crise, como argumenta Koselleck (1973) no caso da Revolução Francesa,

ou, inversamente, uma crise pode desencadear uma crítica ao sistema que a causa ou às autoridades que não conseguem impedi-la e simplesmente “improvisam” na esperança de que ela passe. Nesse caso, a crise de primeira ordem é agravada por uma “crise de gestão da crise” (Offe, 1976). Entre a situação objetiva e a percepção social, pode haver uma disjunção (Cordero, 2017; Fassin, 2021, Faial Soneghet, 2025, neste número da RBS). É possível haver “crítica sem crise”, mas também “crise sem crítica”. Uma situação alarmante (como o aquecimento global) pode exigir ação urgente, mas não ser plenamente reconhecida ou ser negada (como no ceticismo climático). Da mesma forma, é possível que haja alarme (como na crise migratória), enquanto as estatísticas não confirmam a percepção pública do problema. No primeiro caso, a crise é real e atual, embora não empírica. Os mecanismos causais que produzem a crise estão materializados, mas não há consciência crítica, portanto, a crise não é vivida como tal. No último caso, há consciência da crise, mas o mecanismo real permanece obscurecido pela ideologia, ou a crise parece ser fabricada.

Em um ensaio magistral publicado no *Journal of Critical Realism*, Bob Jessop resume de forma precisa as possíveis relações entre crise e crítica:

Sem o momento objetivo, temos, na pior das hipóteses, “crises” deliberadamente fabricadas; na melhor das hipóteses, pânico injustificado. Sem o momento subjetivo, mesmo que os observadores percebam uma crise em desenvolvimento, seja em tempo real ou após o “evento”, ela não terá ressonância suficiente para mobilizar os participantes relevantes a adotarem medidas decisivas (Jessop, 2015, p. 246).

A tarefa da crítica é propor um diagnóstico adequado, que revele os mecanismos reais em vez de encobri-los, para que a mitigação e a gestão da crise possam enfrentá-los. Ou, de maneira mais radical, a revelação da ideologia que encobre as causas da tensão é um primeiro passo necessário para a transformação estrutural da sociedade. Somente quando os sujeitos superarem sua “falsa consciência” e compreenderem os mecanismos generativos por trás da crise é que o sistema poderá ser reformulado.

Para completar a análise das possíveis relações e permutações entre crise e crítica, pode-se também passar ao metanível e observar que o acúmulo de crises pode levar a uma saturação do discurso, resultando em uma “crise da

crise” (como no álbum de 1975 da banda Supertramp, *Crisis? What Crisis?* e uma série de artigos com o mesmo título). Em vez de desencadear a ação, o alarmismo induz um estado de fatalismo que imobiliza e desmobiliza: “É tarde demais, então é melhor continuarmos produzindo e consumindo como de costume”. Do outro lado, a “crítica da crítica” pode abrir caminho para uma metacrítica.¹¹ Isso acontece quando se passa, com Luhmann (1997, II, pp. 1115-1128), da “observação de primeira ordem” para a “observação de segunda ordem” da crítica para revelar os pontos cegos da teoria crítica (Roitman, 2014; Esposito, 2017), de modo a evitar que o diagnóstico crítico da situação se debilite em uma hipercrítica da dominação, da reificação e da alienação. Concluo, portanto, que, para não errar o alvo, a crítica deve evitar tanto a “hipocrisia” da desconstrução (que mina os fundamentos normativos de seu próprio julgamento moral e político) quanto a “hipercrítica” da teoria crítica (que reifica a reificação, transformando-a em uma constante que não admite oposição).

A ciência das crises

Sendo ela própria um resultado de crises e críticas, a sociologia talvez seja a ciência da crise por excelência (Müller, 2021; Holzhauser, Moebius & Ploder, 2023). Desde a sua origem, ela se concebeu como um reflexo e uma reflexão sobre as crises do seu tempo. Para Comte, a sociologia era uma ciência transitória. Era vista como uma ciência maiêutica que restauraria a ordem, incorporando o *acquis révolutionnaire* em sua filosofia positivista da história. Do extremo oposto do espectro, Marx também propôs um esquema filosófico que interpreta as “dores de parto” do capitalismo como seu estertor. Se Durkheim refletiu continuamente sobre o que torna possível a ordem social, foi porque ele pôde ver como a anomia a estava destruindo. Para Max Weber, a crise era simplesmente existencial. Era objetiva e pessoal.

Para a sociologia como um todo, desde a Revolução Francesa até a Primeira Guerra Mundial, do período entre guerras até maio de 1968 e

¹¹ O conceito de *Metakritik* foi introduzido na filosofia alemã pela crítica de J.G. Hamann a Kant (Holzhey, 1976). Com alguma dose de exagero, pode-se considerar toda a filosofia pós-kantiana (de Herder a Schelling e Hegel) e toda a filosofia pós-hegeliana (de Marx à Escola de Frankfurt) como uma *metacrítica* prolongada. No âmbito da filosofia das ciências sociais, *metacrítica* refere-se tanto à articulação entre a crítica do conhecimento (no sentido kantiano) e a crítica social (no sentido marxista), quanto à crítica dos pressupostos metateóricos da sociologia.

até a policrise contemporânea, crises, revoluções, guerras e catástrofes atuaram como o motor de sua história tumultuada. Por esse motivo, a sociologia é frequentemente descrita – e também ridicularizada – como uma *Krisiswissenschaft*. Para a sociologia, a crise é, de fato, um problema legítimo de pesquisa. Sendo, ao mesmo tempo, pano de fundo e figura, recurso e tema, a crise é o problema que se analisa e para o qual se busca uma solução. Sem fundamentos seguros, corre o risco de desaparecer nas areias movediças que deveria analisar de forma objetiva e científica. Aberta às crises sociais que estuda, estas encontram expressão em suas análises, diagnósticos e críticas (Maia, 2021). Se a sociologia é uma ciência crítica, é porque busca sistematicamente unir a reflexão sobre a crise e a reflexão crítica sobre si mesma no mesmo exercício. Para manter sua coerência, ela se volta para dentro e se fecha em relação ao seu ambiente. No entanto, para manter sua relevância, também se abre para a sociedade e suas crises. Nesse sentido, a crise se torna, de fato, seu problema. Assim como o Barão de Münchhausen, a sociologia se puxa pelos cabelos enquanto afunda no pântano.

Para a sociedade e seus membros, as crises são dolorosas. Elas corroem os alicerces da vida social, aumentam a desigualdade e a vulnerabilidade das massas, desorganizam as estruturas de interpretação e lançam os membros da sociedade no desespero. Para o cientista social e político, porém, elas são um presente. São equivalentes a experimentos em larga escala nas ciências naturais e oferecem uma oportunidade única para análise, diagnóstico e crítica. Em tempos de crise, assim como em tempos de revolução, estruturas, culturas e práticas tidas como certas, objetivadas e, portanto, naturalizadas, tornam-se visíveis e passíveis de inspeção. Estruturas latentes, entendidas, seguindo Talcott Parsons, como um fundo incontestável de expectativas cognitivas, normativas e estéticas, manifestam-se em sua disfuncionalidade. Isso é válido para todos os níveis da sociedade. A vida do indivíduo, os padrões culturais que lhe permitem dar sentido à realidade, as instituições que a sustentam ou ameaçam, as organizações para as quais trabalha, os sistemas que falham e as pessoas que encobrem as falhas: de repente, tudo é questionado, devendo ser reavaliado, ressignificado, reconstruído e renarrado (MacIntyre, 1977, ver também Mejia, 2023).

Em momentos críticos, a ordem social torna-se frágil e instável. A coesão social dá lugar a tensões e conflitos sociais. As crises revelam e trazem à tona as fraturas da sociedade. Elas são tanto o produto quanto o

produtor – ou executor – dos antagonismos e das contradições estruturais. Referindo-se a Marx e Freud, Edgar Morin (1976, p. 162) afirma que a crise é “tanto reveladora quanto produtora”. Para esclarecer o significado heurístico da decomposição, ele acrescenta:

Vê-se, de fato, que a crise revela o que estava oculto, latente, virtual no seio da sociedade (ou do indivíduo): os antagonismos fundamentais, as repentinas rupturas sísmicas subterrâneas e o caminho oculto de novas realidades. Ao mesmo tempo, a crise nos esclarece teoricamente o que está submerso na organização social, suas capacidades de sobrevivência e transformação (Morin, 1970, p. 162)).

As tensões entre classes sociais, gerações e outros grupos interseccionais (casta, raça, gênero), que estavam latentes na sociedade e até mesmo nos indivíduos, tornaram-se manifestas. Eram virtuais, mas, no momento crítico, foram materializadas, amplificadas e transformadas em antagonismo aberto entre partes da população que temem não poder mais conviver. As contradições estruturais se concretizam, e as tensões entre grupos se tornam empíricas e manifestas, para invocar mais uma vez a tríade do realismo crítico. Os antagonismos começam a desorganizar o interior do sistema. A disjunção afeta sua estrutura. Ao protestarem contra o impasse, os atores “ativam”, conforme Althusser, as contradições sociais e desencadeiam um “princípio de ruptura” dentro do sistema. Por meio de uma série de retroalimentações, tanto positivas quanto negativas, pequenos desvios da norma disparam reações em cadeia. À medida que as linhas vermelhas são ultrapassadas, uma após a outra, a desordem se espalha de um sistema para outro e, finalmente, todo o sistema se torna instável e imprevisível. Para descrever os efeitos potencialmente catastróficos da proliferação de crises, Stephan Fuchs cunhou o elegante termo *systemic clusterfucks* (embrulhadas sistêmicas, em linguagem menos rude):

Os *clusterfucks* sistêmicos se espalham de um sistema para outro e, ao fazê-lo, desencadeiam consequências inesperadas e imprevistas. Eles rapidamente sobrecarregam a capacidade de um sistema de lidar com surpresas. Por serem não lineares, os efeitos da retroalimentação interativa agravam o problema inicial, transformando múltiplas falhas em um problema ainda maior ou desconhecido, de natureza totalmente diferente, para o qual não existe protocolo algum. Eles tendem a terminar

em desastre, um desastre com que nenhum sistema está equipado para lidar, que não pode mais ser gerenciado ou contido – muito menos por uma hierarquia burocrática centralizada (GRAF, 2021, p. 6).

Crise como evento e processo

Uma crise é, simultaneamente, um evento e um processo (Jessop, 2015). Ela ocorre na intersecção entre os planos estrutural e conjuntural da história. A distinção entre evento e processo é analítica. Enquanto os eventos são pontuais, os processos são contínuos. Em uma perspectiva dinâmica, sequências curtas de eventos podem ser inseridas em processos mais amplos. Como evento, ela faz parte de uma longa sequência de eventos que a antecederam e trouxeram até o momento presente. Como um evento “sobredeterminado” por múltiplas contradições que “se fundem em uma unidade”, ela é causada por uma desordem de mecanismos causais. O momento presente pode ser interpretado como resultado de um movimento que vem das profundezas da sociedade, que ativa as contradições estruturais e torna evidentes os conflitos sociais. O evento que manifesta a crise é apenas um sintoma de um processo subjacente que ocorre há algum tempo e é causado, em última instância, pela estrutura da sociedade como um todo.

A genealogia da crise mostra que a disjunção é resultado de uma série de eventos e processos com origem e causa nas contradições estruturais de uma sociedade de classes que, como no caso do Brasil, permanece contaminada pelo colonialismo, pela escravidão e pelo patriarcado. Capitalismo, colonialismo, patriarcado e escravidão são “mecanismos degenerativos” que rompem a unidade da sociedade. Os processos de expropriação (dos povos nativos), subjugação (dos escravos) e exploração (dos trabalhadores) formam um complexo sistema de dominação e resistência interseccional no qual as contradições entre capital e trabalho, natureza e cultura, senhor e escravo, homens e mulheres podem ser reprimidas ou expressas.¹² Se não forem combatidas, sua tendência natural é provocar ondas de violência e contraviolência intermináveis.

¹² O conceito de Nancy Fraser de capitalismo como uma “ordem social institucionalizada” (Fraser & Jaeggi, 2018; Fraser, 2022) oferece a mais abrangente teorização do complexo sistema de dominação e resistência interseccional.

Retomando a clássica distinção de Roy Bhaskar (2008) entre os diversos níveis da realidade, podemos agora preencher o esquema: “o real”, referindo-se a estruturas generativas profundas (como o capitalismo e o colonialismo), dotadas de poderes causais; “o atual”, referindo-se aos processos (como tendências de crise e polarizações sociais), produzidos por esses mecanismos; e “o empírico”, referindo-se aos eventos que podem ser observados em situações concretas de ação. A partir de uma perspectiva realista crítica, as crises podem ser analisadas como processos “objetivamente sobredeterminados” por uma multiplicidade de mecanismos causais que atuam simultaneamente em uma conjuntura complexa, cujos poderes causais são desencadeados por uma série de eventos contingentes. Como esses eventos são provocados pelos próprios atores que deles participam em situações em constante mudança, os efeitos da ativação dos mecanismos causais permanecem aleatórios e imprevisíveis. As crises “objetivamente sobredeterminadas” são, portanto, também “subjetivamente indeterminadas”. As decisões tomadas para resolvê-las são, por sua vez, relativamente imprevisíveis. Jessop (2015, p. 246) resume o essencial em uma frase: “Em suma, as crises são momentos complexos, objetivamente sobredeterminados, de indeterminação subjetiva, nos quais ações decisivas podem fazer uma grande diferença para o futuro”. Ações decisivas podem resolver a tensão ou exacerbá-la. Além disso, decisões podem ser tomadas para fomentar intencionalmente a instabilidade e fabricar crises.

Embora Marx estivesse convencido de que a acumulação de crises significaria o fim do capitalismo, o neoliberalismo aprendeu a “reoperacionalizar” a crise, seguindo o conselho de Churchill: “Nunca desperdice uma boa crise” (Mirowski, 2014).¹³ Usando as crises para fortalecer seus próprios interesses, o neoliberalismo impôs reformas estruturais que enfraqueceram o Estado (“matar a besta de fome”), o que de fato o salvou do colapso em 2008 e prolongou sua vida. É sabido que os regimes populistas florescem em tempos de crise. Para os populistas, as crises não são um problema. São, antes, o meio pelo qual chegam ao poder, além de representarem oportunidades para atacar o sistema. De fato, os populistas não vêm para construir, mas para destruir o sistema. Vimos isso no Brasil. Agora, vemos isso acontecer novamente, em um nível mais alto, nos Estados Unidos. A política mundial tornou-se a política da aldeia global.

¹³ Encontrei pela primeira vez a ideia de “crise como modo de governo” no segundo livreto do *Comité invisible* (2014), um coletivo anarquista anônimo influenciado pelo pensamento de Giorgio Agamben.

Conclusão

Em apenas uma geração, a teoria social como empreendimento integrador, que busca manter o diálogo entre a filosofia social, política e moral de um lado e as diversas ciências sociais e humanas do outro, simplesmente desapareceu. A teorização tradicional integra a metateoria (reflexão sobre os fundamentos filosóficos e reconstrução textual dos clássicos), a teoria social (construção de um sistema de conceitos válidos para as ciências sociais e humanas como um todo) e a teoria da sociedade (análise, diagnóstico e crítica das formações sociais) em um quadro único. Essa estrutura conceitual, entretanto, não é mais vista como parte da sociologia. Atualmente, os profissionais da área preferem terceirizar essas questões conceituais aos filósofos. Os sociólogos abandonaram a tarefa de analisar a sociedade em sua totalidade em favor da Teoria Crítica e dos Estudos, que se referem a uma miscelânea de críticas pós-estruturalistas, subalternas, decoloniais e transfeministas de conhecimentos, discursos e práticas permeados pelo poder. A consequência disso é que a sociologia se torna incapaz de compreender os acontecimentos sociais que estão minando os alicerces sobre os quais ela se sustenta. Paradoxalmente, a ciência que prospera em crises já não consegue explicar o próprio declínio.

Referências

- Abrutyn, Seth, & Lizardo, Omar. (eds.). (2021). *Handbook of Classical Sociological Theory*. Springer.
- Alexander, Jeffrey C. (1988). The New theoretical movement. In N. Smelser (ed.). *Handbook of Sociology*, (pp. 77-101). Sage.
- Althusser, Louis. (2005). *Pour Marx*. La Découverte. [Publicado originalmente em 1965].
- Althusser, Louis. (1994). Le courant souterrain du matérialisme de la rencontre. In *Écrits philosophiques et politiques*. Tome 1 (pp. 539-579). Stock/Imec.
- Avritzer, Leonardo. (2019). *O pêndulo da democracia*. Todavia.
- Barrios, Robert E. (2017). What does catastrophe reveal for whom? The anthropology of crises and disasters at the onset of the Anthropocene. *Annual Review of Anthropology*, 46, 451-466. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102116-041635>
- Beck, Ulrich. (1986). *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Suhrkamp.
- Bhaskar, Roy. (2008). *A Realist Theory of Science*. Verso. [Publicado originalmente em 1978.]
- Cava, Bruno. (2016). O 18 de brumário brasileiro. In B. Cava, & M. Pereira (eds.). *A terra treme. Leituras do Brasil de 2013 a 2016*. (pp. 11-73). Annablume.
- Comité invisible. (2014). *À nos amis*. La Fabrique.
- Decoteau, Claire L.. (2018). Conjunctures and assemblages: Approaches to multicausal explanation in the human sciences. In T. Rutzou, & G. Steinmetz, G. (eds.). *Critical Realism, History, and Philosophy in the Social Sciences*. (pp. 89-118). Emerald Publishing.
- Delanty, Gerard. (2024). *Senses of the Future. Conflicting ideas of the future in the world today*. De Gruyter.
- Esposito, Elena. (2017). Critique without crisis: Systems theory as a critical sociology. *Thesis Eleven*, 143(1), 18-27.
- Fassin, Didier. (2021). Crisis. In V. Das, & D. Fassin (eds.). *Words and Worlds. A Lexicon for Dark Times*. Duke University Press.
- Fassin, Didier, & Honneth, Axel (eds.). (2022). *Crisis under Critique. How People Assess, Transform and Respond to Critical Situations*. Columbia University Press.

- Fraser, Nancy. (2022). *Cannibal Capitalism*. Verso Books.
- Fraser, Nancy, & Jaeggi, Rahel. (2018). *Capitalism. A Conversation in Critical Theory*. Polity.
- GRAF (2021). Brazil: The Real Dystopia project. Disjunctures, Pandemics, and Politics under Bolsonaro. *Digithum*, (27), 1-11. <https://doi.org/10.7238/d.v0i27.375160>
- Gramsci, Antonio. (1971). *Selections from the Prison Notebooks*. London: Lawrence and Wishart.
- Grayson, Debora, & Little, Ben. (2017). Conjunctural analysis and the crisis of ideas. *Soundings: A Journal of Politics and Culture*, (65), 59-75.
- Habermas, Jurgen. (1973). *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*. Suhrkamp.
- Habermas, Jurgen. (1976). *Zur Rekonstruktion des historischen Materialismus*. Suhrkamp.
- Habermas, Jurgen. (1984). *Philosophisch-politische Profile. Erweiterte Ausgabe*. Suhrkamp.
- Hall, Stuart. (1979). The great moving right show. *Marxism Today*, (January), 14-20.
- Hartog, François. (2020). *Chronos. L'Occident aux prises avec le Temps*. Gallimard.
- Holzhauser, Nicole, Moebius, Stephan, & Ploder, Andrea (eds.). (2023). *Soziologie und Krise. Gesellschaftliche Spannungen als Motor der Geschichte der Soziologie*. Springer.
- Holzhey, Helmut *et al.* (1976). "Kritik" In J. Ritter, K. Gründer, & G. Gabriel (eds.). *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, Vol.. 4 (p. 1249). Schwabe Verlag.
- Jessop, Bob. (2015). The symptomatology of crises. Reading crises and learning from them. *Critical realist reflections. Journal of Critical Realism*, 14(3), 238-271.
- Kettler, David, & Meja, Volker. (1995). *Karl Mannheim and the Crisis of Liberalism. The secret of these new times*. Transaction Publishers.
- Kettler, David., Meja, Volker, & Stehr, Nico. (1984). *Karl Mannheim*. Tavistock.
- Koselleck, Reinhart. (1973). *Kritik und Krise. Eine Studie zur Pathogenese der bürgerlichen Welt*. Suhrkamp.

- Koselleck, Reinhart. (1982). *Krise*. In O. Brunner, W. Conze, & R. Koselleck (eds.). *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, (pp. 617-650). Klett-Cotta.
- Koselleck, Reinhart. (2006). *Begriffsgeschichten*. Suhrkamp.
- Koivisto, Juha, Lahtinen, Mikko, & Petrioli, Alexis. (2010). *Konjunktur, politisch-historische*. In W. F. Haug (ed.). *Historisch-kritisches Wörterbuch des Marxismus*, 7/II, (pp. 1502-1523). Argument.
- Luhmann, Niklas. (1997). *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. 2 Vols.. Suhrkamp.
- Lyotard, Jean François. (1979). *La condition postmoderne*. Minuit.
- Macé, Éric. (2020). *Après la société. Manuel de sociologie augmentée*. Le bord de l'eau.
- MacIntyre, Alisdair. (1977). Epistemological crises, dramatic narrative and the Philosophy of Science. *The Monist*, 60(4), 453-472.
- Maia, Felipe. (2021) Crise, crítica e reflexividade: problemas conceituais e teóricos na produção de diagnósticos de época. *Sociologias*, 23(56), 212-243. <https://doi.org/10.1590/15174522-95597>
- Mannheim, Karl. (1932). *Die Gegenwartsaufgaben der Soziologie. Ihre Lehrgestalt*. J.C.B. Mohr.
- Mannheim, Karl. (1980). *Strukturen des Denkens*. Suhrkamp
- Marx, Karl. (1960 [1852]). Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte. In: *Marx-Engels Werke* (MEW), Vol. 8, (pp. 111-207). Dietz Verlag.
- McQuillan, Martin, MacDonald, Graeme, Purves, Robin, & Thomson, Stephen. (1999). *Post-Theory. New directions in criticism*. Edinburg University Press.
- Mejia, Sebastian Raza. (2023). *Agents in Crisis: Theoretical studies on agency, meaning and time*. (Ph. D. Thesis). Department of Sociology. University of Cambridge. <https://doi.org/10.17863/CAM.103275>
- Milstein, Brian. (2015). Thinking politically about crisis: A pragmatist perspective. *European Journal of Political Theory*, 14(2), 141-160.
- Mirowski, Philip. (2014): *Never Let a Serious Crisis Go to Waste: How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown*. Verso.
- Morin, Edgar. (1976). Pour une crisologie. *Communications*, 25(1), 149-163. <https://doi.org/10.3406/comm.1976.1388>
- Müller, Hans-Peter. (2021). *Krise und Kritik. Klassiker der soziologischen Zeitdiagnose*. Suhrkamp.

- Nassehi, Armin. (2023). *Gesellschaftliche Grundbegriffe. Ein Glossar der öffentlichen Rede*. C.H. Beck.
- Nobre, Marcos. (2022). *Limites da democracia. De junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. Todavia.
- Offe, Claus. (1976). Crisis of crisis management. Elements of a political crisis theory. *International Journal of Politics*, 6(3), 29–67.
- Pinheiro-Machado, Rosana. (2020). *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. Planeta.
- Poulantzas, Nicos. (1974). *Fascisme et dictature*. Seuil/Maspéro.
- Poulantzas, Nicos. (1980). *Pouvoir politique et classes sociales*, 2 Vols. Maspero.
- Roitman, Janet. (2014). *Anti-Crisis*. Duke.
- Sartre, Jean-Paul. (1960). *Critique de la raison dialectique* (précédé de Questions de méthode). Gallimard.
- Sewell, William H., Jr. (2005). *Logics of History. Social Theory and social transformation*. Chicago University Press.
- Soneghet, Lucas F. (2025). Gradiente de problematizações: uma proposta para o estudo das crises e fragilidades do social. *Revista Brasileira de Sociologia*, 13, e-rbs.1086. <https://doi.org/10.20336/rbs.1086>
- Souza, Herbert José de. (1984). *Como se faz análise de conjuntura?* Vozes.
- Souza, Jessé de. (2016). *A radiografia do golpe*. Leya.
- Steinmetz, George. (2004). Odious comparisons: Incommensurability, the Case Study and ‘Small N’s’ in Sociology. *Sociological Theory*, 22(3), 371-400.
- Virgens, João Henrique, & Teixeira, Carmen. (2023). Análise da conjuntura. Contribuições teórico-metodológicas. *Lua Nova*, (120), 325-357. <https://doi.org/10.1590/0102-325357/120>
- Weber, Max. (1988). Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland. Zur politischen Kritik des Beamtentums und Parteiwesens. In: *Gesammelte politische Schriften*, (pp. 306-443). J.C.B Mohr. [Publicado originalmente em 1918.]
- Werneck Vianna, Luiz. (1991). Ator, tempo e processos de longa duração em análises de conjuntura. In *De um plano Collor a outro*, (pp. 125-169). Revan.

Recebido: 27 maio, 2025.

Aceito: 11 jun. 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)